

PODER / Ministros do TSE e do STF e entidades jurídicas reagem às supostas ameaças à realização das eleições de 2022. Eles enfatizam a obrigação de se respeitar a Constituição

Judiciário refuta ações autoritárias

» AUGUSTO FERNANDES
» RENATO SOUZA

As supostas ameaças do ministro da Defesa, general Braga Netto, à realização das eleições de 2022, caso o Congresso não aprove o voto impresso, provocou indignação no Poder Judiciário. Ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e associações que representam juristas repudiaram a possibilidade de as Forças Armadas embarcarem na tese do presidente Jair Bolsonaro de não aceitar o pleito do ano que vem se o sistema eleitoral não for modificado.

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Luís Roberto Barroso, chegou a declarar ter conversado com Braga Netto e com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) — que teria recebido o ultimado do militar — e que ambos desmentiram ameaças às eleições. O magistrado destacou, ainda, que “temos uma Constituição em vigor, instituições funcionando, imprensa livre e sociedade consciente e mobilizada em favor da democracia”.

Apesar da declaração de Barroso, outros ministros da Corte resolveram se manifestar sobre a situação. Gilmar Mendes ponderou que “os representantes das Forças Armadas devem respeitar os meios institucionais do debate sobre a urna eletrônica”. “Política é feita com argumentos, contraposição de ideias e, sobretudo, respeito à Constituição. Na nossa democracia, não há espaço para coações autoritárias armadas”, frisou.

Vice-presidente do TSE, Edson Fachin reforçou que “o discurso autoritário, no Brasil e em diversos países, está trazendo para a arena pública o cavalo de troia que começa a passar pelas portas institucionais”. Segundo ele, “é nesta medida que se vivencia uma política hostil, antipluralista e antidemocrática”.

“Os populistas autoritários são os novos engenheiros do caos. Está em curso no Brasil o processo de demolição das instituições democráticas. No Brasil de hoje, não é de se espantar que um líder populista se recuse a obedecer às regras vigentes, queira suas próprias regras para disputar as eleições e se recuse a ter seu legado escrutinado pela sociedade no bojo de uma eleição política”, disparou Fachin, durante evento promovido pela organização Transparência Eleitoral.

Entidades

O Grupo Prerrogativas, que reúne profissionais e docentes da área jurídica, reprovou a suposta

TSE/Divulgação



Barroso: “Temos uma Constituição em vigor (...) e sociedade consciente e mobilizada em favor da democracia”



No Brasil de hoje, não é de se espantar que um líder populista se recuse a obedecer às regras vigentes, queira suas próprias regras para disputar as eleições e se recuse a ter seu legado escrutinado pela sociedade no bojo de uma eleição política”

Edson Fachin,
vice-presidente do TSE

“conduta absolutamente deformada” de Braga Netto. “Todas as autoridades públicas estão submetidas ao respeito à Constituição da República, cuja natureza democrática não admite ameaças, tampouco condicionamentos autoritários e golpistas à normalidade do calendário eleitoral”, ressaltou.

Para a entidade, “é inconcebível que o ministro da Defesa cometa a exorbitância delirante de coagir o presidente da Câmara dos Deputados a admitir e implementar uma exótica alteração no sistema de votação, sob pena de acenar com o cancelamento das eleições de 2022”.

“É preciso que os representan-



Política é feita com argumentos, contraposição de ideias e, sobretudo, respeito à Constituição. Na nossa democracia, não há espaço para coações autoritárias armadas”

Gilmar Mendes,
ministro do STF

tes das Forças Armadas, de uma vez por todas, restrinjam-se às suas atribuições específicas, abdicando do desempenho de performances perturbadoras no palco dos embates políticos, que de forma alguma lhes dizem respeito. No momento atual, o gesto de desatino alegadamente praticado por Braga Netto simboliza um flerte com a anarquia”, completou o Grupo Prerrogativas, que também pediu “uma apuração rigorosa, assim como eventuais consequências proporcionais ao risco institucional que decorre de uma atitude irregular desse tipo”.

A Associação Brasileira de Juristas pela Democracia (ABJD), Associação de Juizes para a Democracia



É preciso que os representantes das Forças Armadas restrinjam-se às suas atribuições específicas, abdicando do desempenho de performances perturbadoras no palco dos embates políticos”

Grupo Prerrogativas,
formado por profissionais e docentes da área jurídica

(AJD) e Associação Advogadas e Advogados Públicas para a Democracia (APD) divulgaram uma nota conjunta para também expressar a insatisfação com o suposto comportamento de Braga Netto.

“A negativa verbal é frágil e parece intentar manter a sociedade brasileira em um clima de insegurança e medo. Ao manifestar sua repulsa às ameaças golpistas do presidente da República, que teriam sido reiteradas pela fala atribuída ao general Braga Netto, as entidades exigem das instituições democráticas e demais Poderes respostas firmes e atitudes severas em defesa da democracia brasileira”, destacaram as instituições.



Nas entrelinhas

por **Luiz Carlos Azedo**
luizazedo.df@dabr.com.br



O general linha-dura

Desde que assumiu o Ministério da Defesa, o general Braga Netto tem atuado para alinhar as Forças Armadas aos objetivos políticos do presidente Jair Bolsonaro. Extrapolando, porém, as atribuições do cargo, ao se pronunciar sobre temas políticos que não dizem respeito nem demandam o posicionamento do Exército, da Marinha e da Aeronáutica. Como na desequilibrada nota contra a CPI da Covid, que foi emitida em nome dos comandantes militares, sem que um deles, com certeza, tenha sido consultado. Mesmo quando nega ter pressionado o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), a aprovar a proposta de voto impresso, sob risco de as eleições não serem realizadas, Braga Netto se manifesta sobre o assunto de forma inapropriada, pois é prerrogativa do Congresso decidir a questão sem se submeter a chantagens. Na prática, a nota reverbera de forma ambígua as suspeitas e ameaças do presidente Jair Bolsonaro ao pleito.

Pode ser que Braga Netto esteja confundindo os papéis de antigo ministro da Casa Civil, no qual desempenhava importantes missões políticas, e de ministro da Defesa, que não deve se imiscuir nas relações entre os Poderes. Em vez de se espelhar no figurino dos ex-ministros da Defesa Joaquim Silva e Luna, o primeiro militar a ocupar um cargo criado para ser exercido por civis, e de seu antecessor Fernando Azevedo e Silva, que se recusou a desempenhar esse papel, Braga Netto vestiu a fantasia dos generais linha-dura que pontificaram durante o regime militar — até o presidente Ernesto Geisel demitir o general Sílvio Frota, seu ministro da Guerra.

Apesar dos desmentidos à matéria publicada pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, de autoria das jornalistas Vera Rosa e Andreza Matais, houve a conversa do interlocutor de Braga Netto com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), que não desmentiu a informação, tergiversou. Nos bastidores do Congresso, comenta-se que o portador do recado fora ninguém menos do que o senador Ciro Nogueira (PP-PI), que assumirá a Casa Civil no lugar do general Luiz Ramos. Mente-se muito na política, embora a mentira acabe quase sempre desnudada. Mente-se muito mais nos jogos de guerra. Os militares chamam isso de contrainformação, cujo objetivo é impedir ou dificultar o acesso à informação verdadeira, mediante, principalmente, a divulgação de informações diversionistas.

O Palácio do Planalto trabalha nessa linha, não preza a transparência nem a informação de interesse público. Por exemplo, o YouTube acaba de retirar do ar 15 lives do presidente Jair Bolsonaro sobre a pandemia da covid-19, por conterem informações falsas. O general Braga Netto, como chefe da Casa Civil e coordenador do governo no combate à pandemia, foi um dos construtores da narrativa negacionista e das desastradas ações do Executivo que defendiam o uso maciço da cloroquina e outros medicamentos ineficazes no combate ao coronavírus. Essa narrativa, até hoje, está presente nas redes sociais e somente fracassou porque o Brasil já registra 546 mil mortes pela doença. Mais cedo ou mais tarde, Braga Netto será chamado a depor na CPI do Senado, que investiga a atuação do Ministério da Saúde na pandemia, por sua atuação na Casa Civil.

“Braga Netto assumiu o Ministério da Defesa para pressionar os demais Poderes e resgatar a tutela militar sobre as instituições. O que vem conseguindo, porém, é desgastar as Forças Armadas”

Melar as eleições

A polêmica sobre o voto impresso é um *case* de contrainformação. A narrativa de Bolsonaro falseia a realidade com objetivo de melar as eleições de 2022, caso seja derrotado, como fez o ex-presidente dos Estados Unidos Donald Trump, em quem se espelhou. Quanto maior o favoritismo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva nas pesquisas de opinião e a desaprovação do governo, mais recrudescem os ataques de Bolsonaro à urna eletrônica, em que pese nunca ter apresentado provas de fraude na apuração das eleições de 2018, que afirma, fantasiosamente, ter ganhado no primeiro turno.

Braga Netto substituiu o general Fernando Azevedo para pressionar os demais Poderes e resgatar a tutela militar sobre as instituições republicanas. O que vem conseguindo, porém, é desgastar as Forças Armadas, como no episódio da não-punição do ex-ministro da Saúde Eduardo Pazuello por ter participado e se manifestando no desfile de motociclistas bolsonaristas no Rio de Janeiro, mesmo estando na ativa. A politização das Forças Armadas e seu envolvimento na política em si é uma ameaça à democracia.

O presidente Bolsonaro tenta cooptar militares da ativa para seu projeto autoritário ao requisitá-los para exercer funções civis no governo; de igual maneira, ao estimular pronunciamentos como o do ministro da Aeronáutica, brigadeiro Carlos de Almeida Baptista. Entretanto, não existe um ambiente favorável a um golpe de Estado no país, muito pelo contrário, cresce a campanha pelo impeachment. Por isso, a retórica do presidente da República contra a segurança da urna eletrônica e as pressões de Braga Netto para aprovação do voto impresso soam como uma espécie de déjà-vu político. Entretanto, esse morde-assopra é uma tática conhecida de contrainformação, que os militares utilizam em tempos de guerra, para testar suas cadeias de comando e a capacidade de resistência do inimigo. Por essa razão, tanto o Judiciário quanto o Congresso precisam exercer com firmeza suas prerrogativas constitucionais, entre as quais, decidir sobre o sistema de votação e limitar a presença de militares da ativa em cargos civis.

Bolsonaro silencia

O presidente Jair Bolsonaro evitou comentar a situação envolvendo o ministro da Defesa, Braga Netto, mesmo sendo questionado diretamente sobre o tema na tradicional live das quintas-feiras. Ele voltou, porém, a defender o voto impresso. “Nós queremos fazer com que o sistema eletrônico de votação seja mais confiável. Agora, por que eles estão contra? Por que o ministro Barroso vai para dentro do Congresso contra o voto auditável”, acusou, numa referência ao presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Luís Roberto Barroso. “Se o Lula tem 49% das intenções de voto, com voto auditável, impresso e com contagem pública, ele vai ganhar as eleições”, argumentou.

Bolsonaro lembrou uma proposta anterior, que previa a adoção escalonada do voto impresso, começando com uma pequena amostragem das urnas. “Ia começar com 5%. Não tenho poder de decidir, mas falei que, da minha parte, fico feliz com 5%”, disse.

“Aí, o TSE veio dizer que prejudicava a segurança das eleições, que o fiscal iria lá fazer manutenção e ver o voto do eleitor. Hoje em dia, a tela trava também, e o fiscal vai lá e vê”, acrescentou.

Mais cedo, Bolsonaro sustentou não poder admitir “que meia dúzia de pessoas tenham a chave criptográfica de tudo e, de forma secreta, contem votos numa sala secreta lá no Tribunal Superior Eleitoral”. A declaração foi feita em entrevista à Rádio Band B, de Curitiba. O mandatário repetiu que deverá fazer uma demonstração com o auxílio de um hacker para provar que houve fraude nas eleições de 2014 — vencida por Dilma Rousseff (PT).

“Na quinta ou na sexta, nós vamos apresentar aqui o que aconteceu no segundo turno por ocasião das eleições de 2014. Vai ser bastante objetiva para todos entenderem da inconsistência e vulnerabilidade. Temos aí várias ciências e podemos falar em probabilidade”, declarou. (Renato Souza e Ingrid Soares)

» Joice sofre série de fraturas

Reprodução



A deputada Joice Hasselmann (PSL-SP) está com diversas fraturas e hematomas no corpo e não sabe explicar como os ferimentos ocorreram. A parlamentar disse ter acordado, no domingo, no chão do seu apartamento funcional, em Brasília, no meio de uma poça de sangue, com frio e muitas dores pelo corpo. “Eu cheguei a pensar que tivesse tido um pequeno AVC (acidente vascular cerebral) ou algo assim”, afirmou. Ela conseguiu chamar o marido, o neurocirurgião Daniel França, que estava no apartamento, mas tinha dormido em outro quarto, para socorrê-la. Na terça, a deputada foi ao hospital fazer exames e descobriu diversos traumas pelo corpo — joelho, costela, ombro e nuca —, incluindo cinco fraturas na face e uma na coluna. Ela desconfia ter sofrido um atentado dentro de sua casa e, por isso, acionou o Departamento de Polícia Legislativa (Depol) para investigar o caso. As imagens das câmeras de segurança do prédio devem ser analisadas.